

Curitiba, 26 de maio de 2017.

**Priscila Cruz**

### **Saúde na escola para um país saudável**

Educação e saúde costumam aparecer sempre juntas em faixas de protestos e em debates políticos em período de eleições. Tradicionalmente estão entre as principais demandas da população brasileira, seja nas ruas ou nas redes sociais.

Não é à toa: as duas são pilares de uma vida digna para qualquer ser humano: saúde para garantir o bem-estar físico e mental, e educação para inseri-lo no mundo do conhecimento e, conseqüentemente, das oportunidades.

Além disso, ambas são direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988, o que significa que a população pode – e deve – demandar serviços de qualidade, e que os gestores públicos não fazem mais do que a obrigação ao assegurá-los.

A relação entre educação e saúde, porém, vai além das pautas políticas e chega, de fato, à sala de aula. O processo de aprendizagem – tema tão complexo e misterioso, estudado pela neurociência – envolve obviamente a disposição do aluno para ouvir, falar, dialogar e compreender os conteúdos e atividades propostos pela escola.

Como realizar tudo isso se o corpo e a mente não estão sãos? Um corpo bem nutrido e saudável acorda melhor, anda melhor, pensa melhor e aprende melhor. Além disso, a escola deve servir como um espaço de orientação e discussão que revele às crianças e aos jovens como a qualidade de vida é importante.

Ou seja: além das famílias, ela também é responsável por ensinar aos alunos dicas e hábitos de higiene, alimentação e cuidados físicos com o corpo. E não faltam pesquisas para mostrar como isso está relacionado.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) é o melhor exemplo disso, pois trabalha no mundo inteiro tentando promover ações nesse sentido, considerando que programas de saúde no ambiente escolar têm o poder de desenvolver, ao mesmo tempo, as duas áreas essenciais para o progresso de qualquer nação.

Segundo a entidade, as infecções por vermes ainda são a maior causa de doença entre crianças e adolescentes entre os 5 e os 14 anos de idade. A deficiência de vitamina A é outro problema grave, pois segue sendo a maior causa de cegueira infantil que poderia ser evitada. Em alguns países, é a AIDS que emerge como a maior questão de saúde pública. Neles, 60% de todas as novas infecções por HIV acontecem na faixa etária entre os 15 e 24 anos. Na África, por exemplo, além da AIDS, infecções do sistema respiratório, meningite e diarreia são as principais enfermidades que atingem a população em idade escolar.

A OMS também alerta para o consumo de álcool e tabaco na infância e na juventude, que reduzem drasticamente as chances de uma vida adulta saudável – vale ressaltar que 5% das causas de morte de jovens entre 15 e 29 anos são atribuídas ao uso de álcool.

Segundo a organização, todos esses problemas podem ser evitados exatamente com ações efetivas de saúde no ambiente escolar. No Brasil, esses dados, assim como os da OMS, também revelam uma realidade cheia de riscos no que tange à saúde da população em idade escolar.

O maior exemplo disso é a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na edição de 2015, divulgada no ano passado e que envolveu 2,6 milhões de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental das redes pública e privada, os dados mostram que 21% deles afirmaram ter se embriagado ao menos uma vez na vida.

Além disso, 9% dos estudantes já usaram drogas ilícitas. Quanto ao cigarro, 19% já o experimentaram. A maioria deles – 65,6% – afirmou não praticar atividade física, classificando-se como sedentária. Essas porcentagens mostram a necessidade mais que latente de integrar políticas de saúde à esfera escolar. Uma nação saudável é aquela que garante os direitos de seus cidadãos, permitindo que eles tenham uma vida com educação e saúde.

Sabemos que o Brasil não vive seu melhor momento, mas é justamente em períodos como esse que devemos olhar para o que é fundamental para (re)construirmos nosso país. E, nesse sentido, o desenvolvimento pleno de nossas crianças e nossos jovens, incentivado por meio de políticas públicas inter-setoriais, é vital.

***Priscila Cruz** é fundadora e presidente-executiva do movimento Todos Pela Educação. Graduada em Administração (FGV) e Direito (USP), mestre em Administração Pública (Harvard Kennedy School), foi coordenadora do ano do voluntariado no Brasil e do Instituto Faça Parte, que ajudou a fundar.*